



PARECER DE REGULARIDADE DO CONTROLE INTERNO

“DISPÕE SOBRE O 5º TERMO ADITIVO, PARA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº009/2021-PMC, POR 12 MESES COM REAJUSTE DE PREÇO CONFORME PREVISÃO CLAUSULA CONTRATUAL COM FUNDAMENTO NO ART. 57, II § 2º COMBINADO COM ART. 65§ 1º AMBOS DA LEI 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES, PELA CONFORMIDADE”

WILZA MENDES DA SILVA inscrita no CPF/MF sob o nº 395.871.932-53, portadora da OAB/PA nº 17.492, residente e domiciliada à Rua Dr. Justo Clermont, nº 595, Bairro Centro, Município de Colares/PA, responsável pelo Controle Interno da Prefeitura Municipal de Colares/PA, declara para os devidos fins, junto ao Tribunal de Conta dos Municípios do Estado do Pará, nos termos da Resolução nº 11.410/TCM de 25 de fevereiro de 2014, que analisou o processo Administrativo Ofício Nº 1.239/2024-PMC, Inexigibilidade de Licitação Nº 009/2021/PMC, CONTRATO Nº 061/2021 firmado entre a Prefeitura Municipal de Colares e a empresa CR2 – CONSULTORIA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA., CNPJ Nº 23.792.525/0001-02, cujo objeto é 5º Termo Aditivo do contrato para prorrogação de vigência por 12 (meses) do contrato nº 061/2021 referente a prestação de serviços técnicos profissionais de Assessoria e consultoria pública, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Colares/PA em atendimento a lei de acesso a informação e lei a transparência, que abrangerá todos os órgãos do poder legislativo para fins e consolidação das contas de responsabilidade do poder executivo, com consonância com o que determina a Lei de responsabilidade fiscal e a instrução normativa nº 018/2020-TCM/PA e reajuste do valor em conforme previsão e índices contratuais, como abaixo melhor se especifica:

I - RELATÓRIO:

Tratam os autos do processo de pedido de Termo aditivo para prorrogação da vigência do contrato nº061/2021 pelo período de 12 (doze) meses referente ao processo Administrativo ofício nº 1.239/2024-PMC, proveniente de inexigibilidade de Licitação nº 009/2021-PMC e reajuste do valor do contrato.

Na oportunidade, a Secretária Municipal de Administração SEMAD-PMC, solicitou o aditamento para prorrogação do prazo de vigência por igual período de 12 (doze) meses e reajuste nos índices de 4,76% (quatro, setenta e seis por cento) com base no IPCA, conforme anexos ao processo: justificativa, minuta do aditivo, cópia do contrato.

A empresa solicitou ainda recomposição econômica e financeira do contrato com a finalidade de manter a justa relação entre os encargos do contratado e a remuneração da Administração, assegurando que o contrato permaneça viável e justo para ambas as partes.



Estado do Pará
Prefeitura Municipal de Colares
Poder Executivo
Unidade de Controle Interno - PMC



O processo chega a Coordenadoria do controle interno após Parecer da Procuradoria nº 416/2025-OGM, opinando pelo deferimento com fundamento no art. 57, II § 2º combinado com o art. 65 § 1º da Lei 8.666/93.

Minuta do 5º Termo de aditivo onde consta na Cláusula primeira objeto do contrato, cláusula segunda objeto do aditivo e justificativa quanto a prorrogação do prazo de vigência pelo período de 12 (doze) meses, vigência passando a ser de 10/01/2026 a 09/01/2027, e o reajuste contratual com índices IPCA de 4,46% mais acréscimo de recomposição de valor no percentual de 10,20% totalizando um acréscimo de 14,66% correspondendo ao valor de R\$-354,54 (trezentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e quatro centavos) de acréscimo, passando o contrato ao valor de R\$- 2.450,05 (DOIS MIL, QUATROCENTOS E CINQUENTA REAIS E CINCO CENTAVOS) mensais para o valor de R\$-2700,00 |(DOIS MIL E SETECENTOS REAIS) e R\$-32.400,00 (TRINTA E DOIS MIL E QUATROCENTOS REAIS) anual, conforme justificativa para aditamento, clausula dotação orçamentária, em conformidade com legislação vigente.

É o breve relatório.

II-DA ANÁLISE

No presente caso, busca-se a realização de aditivo contratual, considerando que o prazo contratual se encontra próximo de seu encerramento, e pela instrução processual, observa-se e há existência interesse na continuidade do instrumento contratual pactuado.

Ressaltado a relevância desta contratação para o Município de Colares, em se tratando de objeto importante para a administração municipal, demonstra-se viável a possibilidade da prorrogação do prazo do contrato.

Rememora-se que o contrato em apreço já foi objeto de um termo aditivo, que prorrogou o prazo contratual, o qual se encerrará em 10/01/2026 tem-se como necessário a realização da prorrogação do instrumento.

Para a prorrogação do prazo desses contratos, faz-se necessária, antes de tudo, a presença dos requisitos legais previstos no art. 57, II, § 2, da Lei Federal 8.666/93, in verbis:

- Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos: (...)
- II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses;
- § 2º Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato.

Motivo pelo qual o critério temporal para realização dos atos em preservação do contrato se torna prescindível, considerando o foco do interesse público na continuidade do serviço prestado, sendo ainda possíveis novas prorrogações dentro dos limites legais.



Estado do Pará
Prefeitura Municipal de Colares
Poder Executivo
Unidade de Controle Interno - PMC



A Lei Federal nº 8.666/93 admite a prorrogação do prazo dos contratos administrativos, excepcionalmente, nas hipóteses elencadas no art. 57, e considerando o caráter de essencialidade da contratação, em vista da especialidade da contratada na área objeto do contrato, tem-se como justificado a prorrogação da contratação, em vista da continuidade dos serviços públicos.

Em consequência do lapso temporal do início do contrato que se deu há quatro anos se faz necessários o equilíbrio econômico do contrato em conformidade com o princípio do equilíbrio econômico e financeiro tendo por objetivo garantir a manutenção da equação inicialmente contratada, ou seja, manter a proporção entre os encargos imprescindíveis à execução da avença e a contraprestação ou remuneração pactuada, o contratante requereu o reajuste em conformidade com o índice do IPCA na proporção de 4,46% com previsão contratual na cláusula sexta e art. 65 da Lei 8.66/2023 e suas alterações, mais recomposição econômica financeira no percentual de 10, 20% totalizando o acréscimo de 14,66%.

Segundo consta nos autos do processo há interesse da contratante e da contratada na prorrogação do prazo, bem como no reajuste financeiro, ante a relevância dos serviços prestados, assim como justificativa legal para preservação do contrato e delimitação de novo lapso temporal para a avença, ressaltando que não haverá maior oneração para administração pública, observando assim a manutenção do caráter vantajoso.

Desta feita, observando que a documentação apresentada pela contratada demonstra que a mesma se encontra com todas suas certidões e documentações pertinentes regulares, não se vislumbra impedimentos para sua formalização.

III -CONCLUSÃO:

Isto posto, com fulcro na documentação remetida ao Controle Interno, opina-se favoravelmente para realização do 5º termo aditivo de vigência e reajuste econômico/financeiro conforme previsão contratual com a empresa, **CR2 – CONSULTORIA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA., CNPJ Nº 23.792.525/0001-02** Com fundamento preconizado pela Lei Federal nº 8.666/93, nos termos expostos acima.

É o parecer, SMJ.

Colares/PA, 30 de Dezembro de 2025

WILZA MENDE DA SILVA
COORDENADORA GERAL DO CONTROLE INTERNO
DEC. 001/2021